

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial, aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação do seu Conselho de Administração (CONAD) este Relatório de Administração referente ao primeiro semestre de 2022, acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

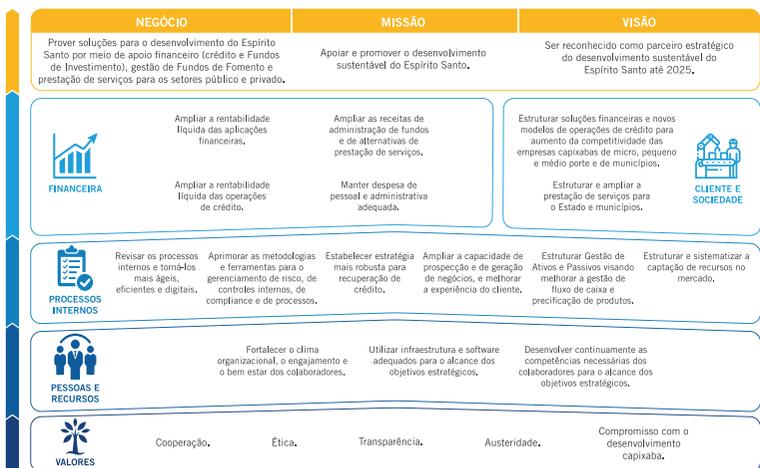
1. A Empresa

O BANDES é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (SECTIDES), sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário.

O BANDES tem a missão de apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo e o seu negócio é prover soluções para o desenvolvimento do Estado por meio de apoio financeiro (crédito e Fundos de Investimento), gestão de Fundos de Fomento e prestação de serviços para os setores público e privado.

No Plano Estratégico 2021-2025, o banco reforça sua atuação prioritária na oferta de crédito para investimentos, se propõe ao desafio de revisar processos internos para torná-los mais ágeis e digitais, e garantir a sustentabilidade financeira da própria instituição. Além disso, expressa o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas), dentro das frentes de atuação: municípios capixabas, energia renovável e meio ambiente, micro e pequenas empresas, inovação, recuperação econômica após desastres.

Mapa Estratégico 2021 / 2025



2. Finanças

No primeiro semestre de 2022, o BANDES registrou lucro de R\$ 47,5 milhões, valor 223% superior ao registrado em junho de 2021. O resultado positivo é decorrente, sobretudo, da estruturação das aplicações financeiras, de recuperação de créditos baixados como prejuízo e da renda com operações de crédito.

O Patrimônio Líquido do banco alcançou R\$ 361 milhões no semestre, aumento de 28% em relação a junho do ano anterior.

O BANDES encerrou o primeiro semestre de 2022 com a rentabilidade líquida das aplicações financeiras dos seus recursos próprios em 114% do CDI. Esse resultado foi obtido com uma gestão ativa das disponibilidades, controle e diversificação da alocação dos recursos.

O rendimento com aplicações financeiras foi superior ao mesmo período do ano anterior, saltando de R\$ 12,2 milhões para R\$ 44,8 milhões. O ganho com prestação de serviços, que inclui a administração dos fundos de fomento, também aumentou com relação a junho de 2021, chegando a R\$ 11,3 milhões, um incremento de 28%. Essas duas receitas excederam as despesas mais significativas do banco, de pessoal e administrativas, que somaram juntas R\$ 28,3 milhões.

Mesmo diante do cenário de juros altos, a inadimplência da Carteira de Crédito do BANDES encerrou este semestre em 3,1%, uma diminuição de 47% em comparação ao registrado em junho de 2021.

Com relação a composição de funding, cabe mencionar a renovação do CDB para o Estado, no valor de R\$ 80 milhões, com extensão do prazo de vencimento para abril de 2026.

Por fim, ainda na perspectiva financeira, por meio de leilões administrativos, fiduciários e vendas diretas, o BANDES concretizou a venda de 27 bens não de uso, totalizando R\$ 10,7 milhões.

3. Clientes e Sociedade

No primeiro semestre de 2022, o total de recursos liberados para investimento alcançou R\$ 517,6 milhões – valor 18% superior ao verificado em junho de 2021, com geração/manutenção de 4.243 empregos. Esse montante de recursos compreende:

- R\$ 16,6 milhões em operações de crédito com risco do BANDES;
- R\$ 42,5 milhões em operações de crédito com risco dos fundos de desenvolvimento administrados pelo BANDES;
- R\$ 373,5 milhões provenientes dos financiamentos Fundap;
- R\$ 84,9 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados ao Funsaf, Programa Reflorestar, Funcitec, Fundap Frete e Fundação Renova / Saneamento Prefeituras.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou 1º semestre de 2022 totalizando R\$ 503,0 milhões. O percentual de concentração por setores econômicos reflete a mudança de posicionamento de mercado do BANDES, o foco de atuação no crédito e fomento para indústria, comércio, serviço e setor público. A participação da atividade agropecuária, que em junho de 2021 representava mais da metade do saldo da carteira, reduziu para 47,1%. O setor de serviços agora participa com 24,8%, a indústria com 11,9%, o comércio com 6,8%, a administração pública com 5,7% e extrativo mineral com 3,7%.

A carteira de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) gerida pelo BANDES, passou a ter um capital comprometido de R\$ 290 milhões, sendo R\$ 250 milhões com o início da operação do FIP FUNSES1 em março, com recursos do Fundo Soberano do Estado do ES, R\$ 10 milhões com a participação direta do BANDES no FIP Criatec3 e R\$ 30 milhões, com a utilização de recursos do FUNDES, nos FIPs: Primatex, Seed4Science, Fundo Anjo e Trivella M3 VC4. No total, foram repassados para os fundos o montante de R\$ 21,2 milhões.

No 1º semestre, o BANDES manteve o atendimento às empresas afetadas pela crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), com utilização dos recursos do Fundo de Proteção ao Emprego – FPE, liberando o total de R\$ 39,2 milhões em financiamentos. Ainda sob essa ótica, por meio do PROES – Programa Global de Crédito para a defesa do setor produtivo e emprego no ES, fruto do empréstimo com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o BANDES aprovou mais de R\$ 15,7 milhões em créditos para apoiar a sustentabilidade financeira de curto prazo das micro, pequenas e médias empresas capixabas.

O BANDES aprovou, neste período, o total de R\$ 869 mil em financiamentos, com repasse de recursos da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, para fomento à ciência, tecnologia e inovação.

De janeiro a junho de 2022, foram liberados cerca de R\$ 3 milhões em financiamentos realizados com recursos do Fundo Renova Giro Microcrédito e MPE, para empresas capixabas localizadas nos Municípios de Baixo Guandu, Linhares, Marilândia, Colatina e o distrito de Barra do Riacho em Aracruz, com objetivo de recuperação, mitigação, remediação e reparação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG. Além disso, foi repassado o montante de R\$ 2,9 milhões da Fundação Renova Saneamento e Resíduos Sólidos, onde se destaca o Gerenciamento da Obra e a Execução da Implantação da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Colatina, através do Consórcio Público para Tratamento e Disposição Final Adequada de Resíduos na Região Doce Oeste do Espírito Santo – CONDOESTE.

O BANDES concretizou, neste primeiro semestre, ações de apoio financeiro e prestação de serviço em atendimento aos Municípios capixabas. Com relação ao crédito, foram liberados R\$ 1,5 milhão para modernização da gestão pública. E, por meio do Programa “ES Inteligente”, foram firmadas parcerias com 05 cidades capixabas, para prestação de serviço de estruturação e desenvolvimento de estudos de viabilidade, modelagem licitatória e assessoria integral para Projetos de concessões públicas e Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Dentro do Programa Reflorestar, do Governo do Estado, o BANDES liberou até junho de 2022, o montante de R\$ 5,9 milhões em pagamento por serviços ambientais, realizados com recursos do Fundágua, com objetivo de promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal.

Atuando como Secretaria Executiva do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo – Invest-ES, em conjunto com a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico – Sectides, o BANDES analisou 23 projetos, representando investimentos da ordem de R\$ 1,16 bilhão e projetando a geração de 789 empregos diretos.

4. Processos Internos e Riscos

No primeiro semestre, o BANDES implementou a Gestão Eletrônica de Documentos. A Política e Norma Interna aprovadas em fevereiro, orientam as decisões relativas à tramitação e armazenamento de documentos em formato eletrônico, visando otimizar o fluxo interno, facilitar o trabalho integrado entre as equipes e promover a digitalização dos processos operacionais.

No primeiro semestre de 2022 foram recuperados R\$ 37 milhões de créditos inscritos em prejuízo, valor 86% superior ao alcançado de janeiro a junho de 2021. O BANDES manteve estratégia robusta de recuperação de créditos vencidos, com aplicação de medidas de cobrança imediatamente após a identificação do atraso, intensificação dos registros de negativação nos órgãos de proteção ao crédito, terceirização dos acordos de curto prazo para empresas de cobrança credenciadas, maior agilidade no ajuizamento das dívidas inadimplidas e protestos, além da criação de linhas de financiamento com condições adequadas para renegociação. No período, cabe destacar o lançamento de campanha com condições específicas para clientes com contratos ajuizados de prazo superior a 5 anos.

Com relação a riscos, cabe destacar que o risco de crédito obteve melhora por meio da desconcentração contínua da carteira em poucas atividades, um reflexo da mudança de público alvo nas operações de crédito. A concentração das 4 atividades mais representativas da carteira de crédito - café, pimenta do reino, criação de bovinos para leite e administração pública - se manteve em processo de queda, reduzindo de 47,3% em junho de 2021, para 44% no mesmo período de 2022, dando destaque a outras como: extração de petróleo e gás natural e atividades hospitalares, transporte rodoviário de carga.

No primeiro semestre de 2022, a participação de clientes Pessoa Física na carteira de crédito apresentou uma leve redução em comparação a junho de 2021, atingindo 49%. No mesmo período, a representatividade das empresas de médio porte aumentou, de 28% para 32%, enquanto que das empresas de grande porte reduziu, de 13% para 10% da carteira.

Além disso, os financiamentos feitos com recursos próprios do banco representam atualmente 49,3% da carteira de crédito, o que faz da fonte BANDES a mais significativa.

5. Pessoas e Recursos

O Banco encerrou o 1º semestre de 2022 com 160 colaboradores (inclusive diretores e cargos em comissão).

No período foram promovidas 32 capacitações, no total de 2.231 horas, abrangendo temas como: Finanças, Governança, LGPD, Auditoria, Gestão de cobrança, Oratória, Media Training, entre outros. Foram treinados 91 colaboradores.

O programa de qualidade de vida no trabalho "BANDES Viva Bem", durante o primeiro semestre de 2022, promoveu ações com foco na promoção da saúde física e mental, com palestras, campanha de vacina anti-gripe e incentivo à prática de atividade física.

No primeiro semestre de 2022, cabe destaque a aprovação do Plano de Carreira dos empregados do BANDES, que incentiva o desenvolvimento profissional e aprimoramento de competências, além de alinhar a remuneração com resultados individuais e da instituição.

Com relação aos recursos, o BANDES aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2022-2026, que tem como objetivo nortear os investimentos necessários para a manutenção dos serviços disponibilizados e evolução tecnológica, a fim de garantir o atendimento das expectativas dos clientes internos e externos. Só no primeiro semestre de 2022, o BANDES investiu R\$ 1,6 milhão em

Tecnologia da Informação - TI. Foi aprovada também, a Política de Governança de TI, um marco normativo que estabelece diretrizes para a organização de pessoas, processos e ferramentas em torno de objetivos que permitam o avanço da TI, alinhada às atividades fim do BANDES e as boas práticas de gestão.

6. Indicadores de Desempenho

INDICADORES ESTRATÉGICOS (1º semestre de 2022)	Previsto	Realizado
1. Liberação de crédito (mil)	R\$ 86.395	R\$ 59.166
2. Responsabilidade social, ambiental e climática (mil)	R\$ 20.000	R\$ 29.008
3. Rentabilidade das aplicações financeiras com recursos administrados pelo Bandes (% do CDI)	105	114
4. Recuperação de créditos baixados em prejuízo (mil)	R\$ 18.000	R\$ 37.064
5. Índice de cobertura das despesas de pessoal e administrativas (%)	106,34	129,94

OUTROS INDICADORES	2021/1	2022/1	Varição
1. Lucro Líquido (mil)	R\$ 14.724	R\$ 47.579	223%
2. Patrimônio Líquido (mil)	R\$ 282.275	R\$ 361.098	28%
3. Índice de Inadimplência (%) (Atraso a partir de 90 dias / Saldo da Carteira)	5,8	3,1	(46%)
4. Despesa Líquida de PCLD (mil)	(R\$ 14.158)	(R\$ 2.774)	(80%)
5. Saldo de Operações de Crédito (mil)	R\$ 701.601	R\$ 503.004	(28%)
6. Nº de contratos ativos	23.732	17.753	(25%)
7. Nº de clientes ativos	14.997	11.263	(25%)

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável - uma construção coletiva - aconteça.

Por fim, e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória - ES, 12 de agosto de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	06.2022	12.2021
DISPONIBILIDADES	4	772	449
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.392.078	1.269.833
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	463.868	434.674
Títulos e Valores Mobiliários	6	411.430	251.186
Operações de Crédito	7	503.004	571.339
Outros Instrumentos Financeiros	8	13.776	12.634
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CREDITO	7.f	(89.743)	(104.300)
OUTROS CRÉDITOS	9	21.571	20.945
INVESTIMENTOS	10	44	43
IMOBILIZADO DE USO	11	15.192	15.189
INTANGÍVEL	12	56.587	55.578
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	13	(59.556)	(58.789)
TOTAL DO ATIVO		1.336.945	1.198.948

PASSIVO	Nota	06.2022	12.2021
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		918.213	823.102
Instituições Financeiras	14.1	382.060	377.325
Outros Clientes	14.2	172.656	164.125
Outros Instrumentos Financeiros Passivos	14.3	363.497	281.652
PROVISÕES		28.035	29.305
Contingências	15	28.035	29.305
OUTROS PASSIVOS		29.599	31.743
Outros Passivos	16	29.599	31.743
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	361.098	314.798
Capital Social:			
- De Domiciliados no País		439.371	439.371
Outros Resultados Abrangentes		(7.053)	(5.210)
Lucros ou Prejuízos Acumulados (Ações em Tesouraria)		(57.143)	(105.286)
		(14.077)	(14.077)
TOTAL DO PASSIVO		1.336.945	1.198.948

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	06.2022	06.2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		106.442	55.515
Operações de Crédito		61.636	42.337
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		44.806	13.178
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(32.848)	(22.503)
Operações de Captação no Mercado		(6.964)	(1.220)
Operações de Empréstimos e Repasses		(23.110)	(7.125)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.774)	(14.158)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		73.594	33.012
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(27.191)	(19.449)
Receitas de Prestação de Serviços	28.2	9.505	7.076
Rendas de Tarifas Bancárias		1.803	1.750
Despesas de Pessoal	28.3	(19.889)	(17.708)
Outras Despesas Administrativas	28.4	(9.124)	(4.875)
Despesas Tributárias	28.5	(3.023)	(2.273)
Outras Receitas Operacionais	28.6	5.166	2.513
Outras Despesas Operacionais	28.7	(11.629)	(5.932)
RESULTADO OPERACIONAL		46.403	13.563
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28.8	1.176	1.161
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		47.579	14.724
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.j	-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
Ativo Fiscal Diferido		-	-
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS		-	-
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		47.579	14.724
Nº DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	17.1	28.918.787.043	28.918.787.043
Lucro / Prejuízo por lote de mil ações – (em R\$)		1,65	0,51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	06.2022	06.2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	47.579	14.724
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas		
Ganho (Perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para venda	(1.844)	(2.203)
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(2.405)	(4.003)
Impostos sobre valor justo	561	1.800
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	45.735	12.521

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
SALDO EM 31/12/2020	439.371	(119)	(155.547)	(14.077)	269.628
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(2.203)	-	-	(2.203)
DESTINAÇÕES					
Dividendos / JSCP prescritos	-	-	126	-	126
Resultado do período	-	-	14.724	-	14.724
SALDO EM 30/06/2021	439.371	(2.322)	(140.697)	(14.077)	282.275
Mutações do 1º semestre - 2021	-	(2.203)	14.850	-	12.647
SALDO EM 31/12/2021	439.371	(5.209)	(105.285)	(14.077)	314.800
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(1.844)	-	-	(1.844)
DESTINAÇÕES					
Dividendos / JSCP Prescritos	-	-	563	-	563
Resultado do período	-	-	47.579	-	47.579
SALDO EM 30/06/2022	439.371	(7.053)	(57.143)	(14.077)	361.098
Mutações do 1º semestre - 2022	-	(1.844)	48.142	-	46.298

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	06.2022	06.2021 Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	47.579	14.724
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Ativo Fiscal Diferido	-	-
Depreciações e Amortizações	767	582
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Líquida)	2.774	14.158
Provisão para Perdas/Desvalorizações	1.839	10
Provisão para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	1.924	3.180
Provisão para Multas por Inadimplência Técnica	-	2.725
Reversão de Provisões	(2.438)	(1.131)
Prejuízo em Transações com Valores e Bens (Permanente)	1.842	367
Ajuste a Valor de Mercado TVM	(1.844)	(2.202)
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	52.443	32.413
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.812	(19.971)
Títulos e Valores Mobiliários	(160.243)	30.481
Operações de Crédito	56.345	40.612
Outros Créditos	(6.599)	(4.887)
Outros Valores e Bens	(210)	868
Outras Obrigações	76.006	107.129
Depósitos	8.531	9.624
Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.236	(67.622)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	45.321	128.647
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	(1.541)	766
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-	(836)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	-
Inversões em Imobilizado de Uso	(4)	(560)
Inversões em Investimentos	(1)	-
Aplicação no Intangível	(1.009)	(793)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(2.555)	(1.423)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Capital	-	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Prescritos	563	125
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	563	125
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	43.329	127.349
No Início do Período	325.161	157.257
No Final do Período	368.490	284.606
VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	43.329	127.349

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações financeiras individuais do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, em face do encerramento do 1º semestre de 2022.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Princesa Isabel, 54 - Edifício Caparaó, Centro - Vitória - ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.818/2020 e BCB nº 2/2020 que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na preparação destas demonstrações financeiras foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais.

Em atendimento ao Art. 8º da Resolução CMN nº 4.818/2020, a Administração declara de forma explícita e sem reserva, que estas demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, na reunião realizada em 12 de agosto de 2022.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação

A apresentação destas demonstrações financeiras é efetuada em Reais (R\$), que é a moeda funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em

moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, seguindo o disposto na Circular BACEN nº 3.068/2001, em três categorias:

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira dos títulos, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os títulos e valores mobiliários adquiridos no período são periodicamente avaliados de acordo com as diretrizes da Administração. Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular BACEN nº 3.068/2001, a reavaliação quanto à classificação somente é efetuada por ocasião dos balanços. A transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- i. Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);
- ii. A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (accruals) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classifi-

cação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso, com contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme definido na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. (Nota 9.2)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

- i. **Investimentos** - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 10)
- ii. **Imobilizado** - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica como seguem: edificações – 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança – 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática – 20% ao ano - 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional.
- iii. **Intangível** - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e softwares, amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica do ativo, revisados internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/modernização software corporativo, aplicativo para celulares e site corporativo, 12 anos - 8,33% ao ano; demais softwares 60 meses - 20% ao ano.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, sendo:

- i. Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- ii. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.
- iii. Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Tributos

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Adicionalmente, a referida alíquota da CSLL foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da Medida Provisória (MP) nº 1.115/2022, alterando a Lei 7.689/1988, correspondendo a 21% neste período.

Para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, e se constituídos, devem ser suportados por estudo de capacidade de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base pro rata die) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base pro rata die).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. Não foram identificados eventos subsequentes que gerariam ajustes nas demonstrações financeiras.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda ao valor de recuperação.

No exercício social de 2021 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

n) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34, inciso V, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. A norma define como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 28.12 - Resultados Recorrentes / não recorrentes.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras são requeridas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração estão detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota explicativa 7.e.

b) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 15.1.

c) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

d) Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

e) Mensuração dos efeitos decorrentes da COVID-19 nas demonstrações financeiras e impactos no BANDES: a Administração acompanha a evolução das operações por meio do monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas afetadas do balanço.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<i>R\$ mil</i>	
	06.2022	12.2021
Moeda Nacional (caixa)	1	2
Moeda Nacional (depósitos bancários)	771	447
Disponibilidades	772	449
Depósitos Interfinanceiros	61.097	74.237
Aplicações no Mercado Aberto	306.621	250.476
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez *	367.718	324.713
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	368.490	325.162

* Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor. Os saldos compõem os totais da nota 5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<i>R\$ mil</i>			
	<i>Prazo de vencimento</i>			
	<i>1 a 90 dias</i>	<i>91 a 360 dias</i>	<i>Acima de 360 dias</i>	<i>Total</i>
Depósitos Interfinanceiros (1)	61.097	57.133	39.017	157.247
Empresas Ligadas (Banestes S/A)	490	-	-	490
Empresas Não Ligadas	60.607	57.133	39.017	156.757
Aplicações no Mercado Aberto (2)	306.621	-	-	306.621
Total em junho 2022	367.718	57.133	39.017	463.868
Total em dezembro 2021	324.713	98.705	11.256	434.674

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Resumo da Carteira por Categorias
R\$ mil

			06.2022	12.2021
	Custo Amortizado/ Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	102.953	(12.824)	90.129	72.379
Títulos Públicos	93.872	(13.610)	80.262	65.154
Títulos Privados	9.081	786	9.867	7.225
Títulos Mantidos até o Vencimento	321.301	-	321.301	178.807
Títulos Públicos	43.964	-	43.964	70.145
Títulos Privados	277.337	-	277.337	108.662
Total	424.254	(12.824)	411.430	251.186

Títulos públicos federais: Letras Financeiras do Tesouro – LFT; Notas do Tesouro Nacional - NTN e Letras do Tesouro Nacional LTN – custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor de mercado dos títulos NTN e LTN são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgados pela ANBIMA.

Títulos privados: Letras Financeiras – LF; Fundo Garantidor de Investimentos - FGI e CRIATEC 3 – FIP.

b) Títulos Mantidos até o Vencimento
R\$ mil

TVM				06.2022	12.2021
	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo Amortizado/ Contábil	Custo Amortizado/ Contábil
Títulos Mantidos até o Vencimento					
LFT	-	-	-	-	28.386
NTN	-	-	43.964	43.964	41.759
LF	355	40.375	225.434	266.164	108.662
DEBÊNTURES	-	-	11.173	11.173	-
Total	355	40.375	280.571	321.301	178.807

c) Títulos Disponíveis para Venda
R\$ mil

TVM				06.2022			12.2021		
	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo Amortizado / Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Custo Amortizado / Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor de Mercado
LFT	5.877	-	-	5.881	(4)	5.877	-	-	-
LTN	6.624	-	-	7.243	(619)	6.624	6.228	(550)	5.678
NTN	67.761	-	-	80.748	(12.987)	67.761	69.451	(9.975)	59.476
LF	1.233	-	-	1.227	6	1.233	-	-	-
CRIATEC 3 FIP	8.504	-	-	7.754	750	8.504	7.020	78	7.098
FGI	130	-	-	100	30	130	100	27	127
Total	90.129	-	-	102.953	(12.824)	90.129	82.799	(10.420)	72.379

d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No primeiro semestre de 2022 não houve reclassificação contábil de títulos e valores mobiliários.

e) Conciliação dos Valores Classificados na Categoria DPV
Ganhos e perdas realizados / não realizados em títulos e valores mobiliários classificados na categoria DPV

(=) Saldo de Ajustes de Avaliação Patrimonial em 31/12/2020	(2.322)
(+) Ganhos/perdas não realizados em reclassificações da categoria MAV para DPV no primeiro semestre.	-
(+) Ganhos não realizados nos demais títulos classificados na categoria DPV.	1.426
(+) Perdas não realizadas nos demais títulos classificados na categoria DPV.	(7.613)
(+) Ganhos realizados e transferidos para resultado.	(13)
(-) Perdas realizadas e transferidas para resultado.	2
(=) Ajustes antes dos efeitos tributários em 31/12/2021	(8.520)
(-) Efeitos tributários.	3.311
(=) Saldo de Ajustes de Avaliação Patrimonial em 31/12/2021	(5.209)
(+) Ganhos/perdas não realizados em reclassificações da categoria MAV para DPV no período	-
(+) Ganhos não realizados nos demais títulos classificados na categoria DPV	1.838
(+) Perdas não realizadas nos demais títulos classificados na categoria DPV	(4.243)
(+) Ganhos realizados e transferidos para resultado	-
(-) Perdas realizadas e transferidas para resultado	-
(=) Ajustes antes dos efeitos tributários em 30/06/2022	(7.614)
(-) Efeitos tributários	561
(=) Saldo de Ajustes de Avaliação Patrimonial em 30/06/2022	(7.053)

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação
R\$ mil

	06.2022		12.2021	
		%		%
Empréstimos	62.995	13	59.752	11
Financiamentos (inclusive agroindustriais)	161.925	32	180.866	32
Financiamentos rurais	233.487	46	288.008	51
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	28.542	6	32.116	5
Subtotal	486.949	97	560.742	99
Devedores por compra de valores e bens	16.055	3	10.597	1
Total das operações de créditos	503.004	100	571.339	100
Circulante	182.868	36	200.786	35
Não Circulante	320.136	64	370.553	65

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	06.2022		12.2021	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
10 maiores devedores	104.727	21	116.412	20
50 seguintes maiores devedores	130.972	26	131.219	23
100 seguintes maiores devedores	43.760	9	44.161	8
Demais devedores	223.545	44	279.547	49
Total das operações de crédito	503.004	100	571.339	100
Circulante	182.868	36	200.786	35
Não Circulante	320.136	64	370.553	65

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	06.2022		12.2021	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	9.553	2	12.278	2
A vencer	493.451	98	559.061	98
Até 3 meses	91.253	18	85.535	15
De 3 meses a 12 meses	143.896	29	161.940	28
Acima de 12 meses	258.302	51	311.586	55
Total das operações de crédito	503.004	100	571.339	100
Circulante	182.868	36	200.786	35
Não Circulante	320.136	64	370.553	65

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	06.2022		12.2021	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado	474.462	94	539.223	94
Pessoa Jurídica	-	-	-	-
Rural	54.911	11	62.309	11
Indústria	80.186	16	87.944	15
Comércio	66.185	13	61.949	11
Outros serviços	89.953	18	95.731	17
Pessoa Física	-	-	-	-
Rural	183.227	36	231.290	40
Setor público	28.542	6	32.116	6
Administração direta municipal	28.542	6	32.116	6
Total das operações de crédito	503.004	100	571.339	100
Circulante	182.868	36	200.786	35
Não Circulante	320.136	64	370.553	65

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis de Risco	% mínimo provisão	Curso		Total Geral	06.2022		12.2021	
		normal	Anormal*		Provisão	Total Geral	Provisão	
AA	-	46.421	-	46.421	-	61.700	-	
A	0,5	193.546	-	193.546	(968)	210.564	(809)	
B	1	113.965	1.444	115.409	(1.154)	145.239	(1.452)	
C	3	25.015	4.047	29.062	(872)	19.746	(592)	
D	10	2.792	5.858	8.650	(865)	5.262	(526)	
E	30	3.029	1.968	4.997	(1.499)	4.632	(1.390)	
F	50	32.844	3.067	35.911	(18.028)	43.938	(21.969)	
G	70	6.753	2.083	8.836	(6.185)	8.984	(6.348)	
H	100	42.096	18.076	60.172	(60.172)	71.274	(71.214)	
Total		466.461	36.543	503.004	(89.743)	571.339	(104.300)	
Circulante				182.868	(35.381)	200.786	(39.073)	
Não Circulante				320.136	(54.362)	370.553	(65.227)	

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	06.2022	12.2021
Saldos iniciais	(104.300)	(144.886)
Constituições Líquidas	(2.890)	(21.771)
Constituições	(6.572)	(48.211)
Reversões	3.682	26.440
Transferências para prejuízo	17.447	62.357
Saldos finais	(89.743)	(104.300)
Circulante	(35.381)	(39.073)
Não Circulante	(54.362)	(65.227)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	R\$ mil	
	06.2022	12.2021
Renegociados	32.040	68.076
Lançados a prejuízo	17.447	62.357
Recuperados (1)	37.064	52.511

1. Na linha Recuperados R\$ 37.064, estão somados R\$ 466, que foram apurados na venda (cessão) de créditos oriundos de operação de financiamento, para pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional, conforme autorizado pelo artigo 6º da Resolução CMN nº 2.836/01. A transação foi efetuada sem coobrigação da instituição cedente e liquidada à vista. Considerando que o crédito estava inscrito em prejuízo desde 31/01/2000, pelo valor contábil R\$ 214; os reflexos patrimoniais e no resultado foram de R\$ 466.

NOTA 8 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	06.2022	12.2021
Rendas a receber (1)	2.560	922
Ativo fiscal diferido (2)	6.122	5.263
Devedores por depósitos em garantia	4.421	5.657
Impostos e contribuições a compensar (3)	-	476
Adiantamentos salariais / Outros (4)	673	316
Total	13.776	12.634
Circulante	5.651	12.634
Não Circulante	8.125	-

1. Juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/1970 R\$ 18 (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF - Equalização de juros R\$ 333 (R\$ 481 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a receber RENOVA R\$ 146 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a receber Del Credere BNB R\$ 2 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a receber FUNSAF R\$ 64 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a receber FUNDÁGUA PSA R\$ 506 (R\$ 177 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a receber FUNCITEC R\$ 117 (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a Receber Fundo Reconstrução ES R\$ 322 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a receber FUNDO DE AVAL BANDES R\$ 54 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a receber Fundo Proteção ao Emprego FPE R\$ 456 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021); Rendas a receber Funeses - Fundo Soberano R\$ 542 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

2. Ativo fiscal diferido de IR R\$ 3.401 (R\$ 2.631 em 31 de dezembro de 2021) e CSLL R\$ 2.721 (R\$ 2.631 em 31 de dezembro de 2021) proveniente do efeito tributário conforme Circular BACEN nº 3.068/2001 sobre o valor de mercado registrado no Patrimônio Líquido dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para venda".

3. Contribuição previdenciária quitada a maior em períodos anteriores cujo reconhecimento contábil do crédito efetuado no exercício de 2020 foi motivado pela expedição pelo TRF da 2ª Região de decisão judicial favorável ao banco, transitada em julgado, configurando direito líquido e certo à compensação. Valor compensado integralmente com saldo a pagar de INSS após deferido o pedido de habilitação de crédito pela Receita Federal em fevereiro.

4. Adiantamento de participação nos lucros R\$ 5 (R\$ 204 em 31 de dezembro de 2021); Adiantamentos para pagamento nossa conta R\$ 69 (R\$ 111 em 31 de dezembro de 2021); Adiantamentos décimo terceiro salário R\$ 599 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	R\$ mil	
	06.2022	12.2021
Outros valores e bens (9.1)	20.929	20.630
Despesas antecipadas (9.2)	427	217
Pagamentos a ressarcir (9.3)	215	98
Total	21.571	20.945
Circulante	11.051	20.945
Não Circulante	10.520	-

9.1. Outros valores e bens (Ativos não financeiros mantidos para venda)

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	06.2022	12.2021
Imóveis não de Uso Próprio	26.062	26.364
Máquinas e equipamentos	8	-
Bens Não de Uso	26.070	26.364
Provisão para desvalorização	(5.141)	(5.734)
Total	20.929	20.630
Circulante	10.461	20.630
Não Circulante	10.468	-

9.2. Despesas antecipadas

Constituídas por dispêndios com pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, licenças de softwares; e contribuições patronais ao plano de previdência complementar devolvida pela entidade de previdência, devido à perda de direito ao benefício pelo empregado, por descumprimento das condições do plano previdenciário ou saque voluntário, cujos valores são utilizados na quitação de contribuições patronais futuras, R\$ 427 (R\$ 217 em 31 de dezembro de 2021).

9.3. Pagamentos a ressarcir

Correspondem, basicamente, a créditos por pagamentos não processados no encerramento do exercício social, devido a inconsistências em dados de transações bancárias, R\$ 215 (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	06.2022	12.2021
Investimento por incentivos fiscais (10.1)	69	69
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para Perdas (10.2)	(31)	(32)
Total	44	43

10.1 Certificados de Investimento - FINOR R\$ 39 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2021), Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL R\$ 30 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021);

10.2 Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FINOR -R\$ 31 (-R\$ 32 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil			
	Custo	Depreciação	Líquido	
			06.2022	12.2021
Terrenos	185	-	185	185
Edificações	3.811	(3.721)	90	127
Móveis e máquinas	2.741	(2.553)	188	204
Aparelhagens e sistema de comunicação	439	(341)	98	105
Equipamentos de informática	7.825	(6.686)	1.139	1.303
Sistema de segurança	191	(186)	5	6
Total	15.192	(13.487)	1.705	1.930

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	R\$ mil			
	Custo	Amortização	Líquido	
			06.2022	12.2021
Aquisição de Software	6.163	(4.863)	1.300	1.462
Modernização SISBANDES	47.785	(39.786)	7.999	7.427
BI - Consultas	47	(47)	-	-
Sistema de Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de Crédito Eletrônico	496	(496)	-	-
Site BANDES	2.035	(851)	1.184	1.123
Aplicativo para Celulares	50	(15)	35	36
Total	56.587	(46.069)	10.518	10.048

NOTA 13 - DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES

	R\$ mil	
	06.2022	12.2021
(-) Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado	(13.487)	(13.259)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(46.069)	(45.530)
Total	(59.556)	(58.789)

NOTA 14 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS
14.1. Instituições financeiras

As "Obrigações por empréstimos e repasses" correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

	R\$ mil				
Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
			Circulante	Não Circulante	
Repasses do país					
BNDES	31.839	65.060	96.899	109.348	206.247
FINAME	-	9	9	17	26
FINEP	273	878	1.151	2.234	3.385
Outras Inst. Oficiais	7.546	19.601	27.147	58.974	86.121
06.2022	39.658	85.548	125.206	170.573	295.779
12.2021	62.773	88.646	151.419	225.906	377.325
Empréstimos e repasses do exterior					
BID	-	-	-	86.281	86.281
06.2022	-	-	-	86.281	86.281
12.2021	-	-	-	-	-
Totais 06.2022	39.658	85.548	125.206	256.854	382.060
Totais 12.2021	62.773	88.646	151.419	225.906	377.325

Em 15/10/2021, foi celebrado contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no total de US\$ 30 milhões de Dólares do EUA, a serem liberados em tranches. A primeira tranche de US\$ 15 milhões foi liberada em 19/01/2022, e convertida em Reais pela cotação de R\$ 5,4972 correspondentes à taxa de câmbio PTAX, divulgada pelo Banco Central do Brasil, da data da liberação.

Tranche	Liberação US\$	Data liberação	Amortização 40 parcelas		Taxa de Juros	Posição inicial R\$	Posição 06/2022 R\$
			Inicial	Final			
1	15.000	19/01/2022	15/04/2027	15/10/2046	CDI + 1,42%	83.985	86.281

Os recursos serão destinados ao financiamento e execução do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego no Estado do Espírito Santo.

14.2. Outros clientes

Correspondem a obrigações com depósitos à vista e a prazo, estes últimos representados por certificados de depósito bancário subscritos pelo Governo do Estado, por empresas fundapeanas, para alocação de cauções de operações liberadas com recursos FUNDAP; e captações no mercado por meio do instrumento depósito a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito.

	<i>R\$ mil</i>	
	06.2022	12.2021
Depósitos		
À vista	13.723	15.678
A prazo	158.933	148.447
<i>Governo do Estado</i>	89.470	84.902
<i>Cientes FUNDAP</i>	36.583	32.721
<i>Cientes Diversos</i>	153	-
<i>DPGE</i>	32.727	30.824
Total	172.656	164.125
Circulante	50.306	133.301
Não Circulante	122.350	30.824

14.3. Outros instrumentos financeiros passivos

	<i>R\$ mil</i>	
	06.2022	12.2021
Outros Fundos e Programas (FUNCAFÉ)	501	-
Fundos financeiros e de desenvolvimento (1)	362.993	281.649
Dotação para aumento de capital (2)	3	3
Total	363.497	281.652
Circulante	114.896	87.104
Não Circulante	248.601	194.548

1) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES apresentam registrados em contas patrimoniais R\$ 362.993 (R\$ 281.649 em 31 de dezembro de 2021).

	<i>R\$ mil</i>	
	06.2022	12.2021
FUNDAP	1.017	1.015
FUNDES	80.382	55.936
FUNCITEC	132.780	86.277
FUNDÁGUA	127	110
FUNDEPAR-ES	29.147	23.031
FUNSAF	2.501	6.643
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16	4.102	9.985
FUNDO RENOVA	8.227	9.941
FUNDESUL - PK	48.479	46.798
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	9.927	8.482
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	46.304	33.431
Total	362.993	281.649
Circulante	114.393	87.100
Não Circulante	248.600	194.549

2) Dotação para aumento de capital

Saldo residual de titularidade do Estado do Espírito Santo R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2021), remanescentes dos recursos integralizados no aumento de capital social realizado no primeiro semestre de 2020, e que será utilizado em futuras integralizações.

NOTA 15 - PROVISÕES

	<i>R\$ mil</i>	
	06.2022	12.2021
Contingências		
Ações administrativas e judiciais (15.1)	20.020	21.290
Provisão para multas por inadimplência técnica	8.015	8.015
Total	28.035	29.305
Circulante	14.021	8.015
Não Circulante	14.014	21.290

15.1 Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais.

Correspondem às demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das operações relacionadas cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

	<i>R\$ mil</i>	
	06.2022	12.2021
Ações com Risco Provável		
Cíveis	14.896	13.458
Trabalhistas	5.124	7.832
Total	20.020	21.290
Circulante	6.006	-
Não Circulante	14.014	21.290

Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

	<i>R\$ mil</i>	
	06.2022	12.2021
Ações com Risco Possível e Remoto		
Cíveis	24.329	24.354
Trabalhistas	1.639	1.667
Total	25.968	26.021

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	<i>R\$ mil</i>		
	<i>Cíveis</i>	<i>Trabalhistas</i>	<i>Total</i>
Saldo em 30/06/2021	12.383	7.384	19.767
Atualização Monetária / Constituições	1.650	515	2.165
Reversões / Pagamentos	(575)	(67)	(642)
Saldo em 31/12/2021	13.458	7.832	21.290
Saldo em 01/01/2022	13.458	7.832	21.290
Atualização Monetária / Constituições	1.668	258	1.924
Reversões / Pagamentos	(229)	(2.966)	(3.194)
Saldo em 30/06/2022	14.896	5.124	20.020
Circulante	4.469	1.537	6.006
Não Circulante	10.427	3.587	14.014

NOTA 16 - OUTROS PASSIVOS

	<i>R\$ mil</i>	
	06.2022	12.2021
Fiscais e previdenciárias (16.1)	2.250	1.911
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	30	5
Provisão para pagamentos a efetuar	5.535	7.379
Credores diversos (16.2)	21.784	21.885
Sociais e estatutárias	-	563
Total	29.599	31.743
Circulante	18.636	19.743
Não Circulante	10.963	12.000

16.1 Fiscais e previdenciárias

	<i>R\$ mil</i>	
	06.2022	12.2021
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (1)	779	502
Impostos e contribuições s/ salários	953	1.265
Impostos e contribuições a pagar (2)	167	92
Passivo fiscal diferido (3)	351	52
Total	2.250	1.911
Circulante	1.899	1.859
Não Circulante	351	52

(1) PIS, COFINS e ISS mensal a recolher.

(2) Imposto mensal retido na fonte de terceiros.

(3) IR R\$ 195 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2021) e CSLL R\$ 156 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2021) proveniente do efeito tributário conforme Circular BACEN nº 3.068/2001 sobre o valor de mercado registrado no Patrimônio Líquido dos instrumentos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda".

a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	R\$ mil	
	06.2022	12.2021
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	47.579	50.136
Adições (exclusões) líquidas:	-	-
Provisões para contingências	(1.381)	5.593
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.956)	453
Perdas efetivas de créditos	(41.372)	(61.377)
Outros	(477)	(3.570)
Despesas não dedutíveis	47	214
Base de Cálculo	(1.560)	(8.551)
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-

a.2) Créditos tributários não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos são constituídos conforme alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

A administração optou por não reconhecer contabilmente ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa de contribuição social em razão da situação de prejuízo fiscal apresentada no período e pela incerteza da previsão de sua realização no prazo requerido pela norma.

	R\$ mil	
	06.2022	12.2021
Prejuízo fiscal/ Base negativa de contribuição social	17.814	17.427
Diferenças temporárias	71.882	92.453
Total do ativo fiscal diferido não ativado	89.696	109.880

16.2 Credores diversos

Credores Diversos R\$ 21.784 (R\$ 21.885 em 31 de dezembro de 2021) com destaque para as seguintes rubricas: Deduções de Liberações FUNDAP, para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22/11/2012, e Decreto nº 3194-R, de 28/12/2012 R\$ 2.052 (R\$ 1.770 em 31 de dezembro de 2021); Repasses FUNGETUR R\$ 15.497 (R\$ 15.527 em 31 de dezembro de 2021); Captações FUNCAFÉ R\$ 0 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2021); Sinais recebidos em transações com imóveis não de uso R\$ 26 (R\$ 2.280 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
17.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 750 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 439.371 (R\$ 439.371 em 31 de dezembro de 2021), e está representado em quantidade de ações, conforme composição abaixo, que se manteve inalterada em relação à data-base 31/12/2021:

	06.2022
Ações Ordinárias	19.883.589.975
- Estado do Espírito Santo	19.644.952.823
- Acionistas Minoritários	238.637.152
Ações Preferenciais Classe "A"	9.836.733.806
- Estado do Espírito Santo	2.454.690.627
- Demais Acionistas	658.765.610
Classe "B"	6.723.277.569
- Estado do Espírito Santo	3.147.336.103
- Demais Acionistas	3.575.941.466
Total de ações emitidas	29.720.323.781
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferencial - classe "A")	(629.496.910)
Total de ações em circulação	28.918.787.043

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos

paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

O valor patrimonial unitário das ações em 30 de junho de 2022 é de R\$ 0,01249.

17.2 Outros resultados abrangentes / ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial -R\$ 7.053 (-R\$ 5.210 em 31 de dezembro de 2021) correspondem à precificação a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", conforme nota 6.c e conciliação demonstrada na nota 6.e.

17.3 Lucros ou prejuízos acumulados

No exercício, com a adição de R\$ 563 (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2021) relativos a dividendos/JSCP prescritos transferidos do grupo Outros Passivos / Sociais e estatutárias (Nota 16), mais o resultado positivo apurado no período R\$ 47.579, remanescem em prejuízos acumulados R\$ 57.143 (R\$ 105.285 em 31 de dezembro de 2021).

17.4 Ações em tesouraria

O montante de R\$ 14.077, sob a rubrica Ações em Tesouraria é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o ex-acionista Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, corresponde a 801.536.738 ações nominativas, compostas de 172.039.828 (ordinárias) e 629.496.910 (preferenciais).

NOTA 18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
18.1 Plano de previdência complementar

Visa assegurar ao corpo funcional, renda complementar à aposentadoria da previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No semestre foram apropriadas em despesas com plano de previdência R\$ 801 (R\$ 712 em 30 de junho de 2021).

18.2 Programa de desligamento voluntário especial (PDVE)

O Programa realizado em 2020 ofereceu benefícios de indenização adicional equivalente a cinco remunerações, plano de saúde e odontológico por 36 meses, cesta-alimentação e auxílio-refeição por 12 meses, custeio de cursos de requalificação profissional, pagamento da multa de 40% sobre correção de planos econômicos (FGTS), teve a adesão de 12 colaboradores, ao custo financeiro de R\$ 3.850 mil. Ao término desse semestre, o banco registra em conta patrimonial de passivas provisões para indenizações trabalhistas diversas para pagamento dos benefícios assegurados R\$ 303 (R\$ 414 em 31 de dezembro de 2021).

NOTA 19 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A política de Partes Relacionadas do banco inclui além do Estado do Espírito Santo, as pessoas físicas e/ou jurídicas que: sejam controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas do BANDES, nos termos postos pela legislação aplicável; sejam controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado do Espírito Santo; em que o Estado do Espírito Santo possua influência significativa ou representante na administração; seja administrador do BANDES.

Atualmente, compõem o conjunto de Partes Relacionadas, juntamente, com o pessoal chave da administração, as seguintes entidades:

- i. Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP.
- ii. Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES/ES.
- iii. Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais - FUNDÁGUA.
- iv. Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR-ES.
- v. Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo - FUNSAF.
- vi. Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA FUNDÁGUA - LEI 10.583/2016.
- vii. Fundo Reconstrução ES.
- viii. Fundo de Proteção ao Emprego.
- ix. Fundo Garantidor de Parcerias Público - Privadas - FGP-ES.
- x. Fundo de Aval BANDES.
- xi. FUNSES - Fundo Soberano.
- xii. BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo.
- xiii. Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST.
- xiv. Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES).

As transações com Partes Relacionadas primam pelo estrito acordo com as normas aplicáveis ao fluxo de operações do BANDES; são celebradas por escrito com as especificações de suas principais características e condições; observam as mesmas normas e limites aplicáveis a operações similares, e são balizadas por parâmetros e condições usualmente praticadas e/ou normas legais aplicáveis. Nas notas que seguem são divulgadas as transações realizadas e/ou existentes no período, o tipo de relação, saldos e outros detalhes que permitirão aferir a comutatividade das operações.

19.1 Administração de fundos financeiros e de desenvolvimento

O montante dos recursos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados, que integram o conjunto de Partes Relacionadas, controlado em contas de compensação, está representando no quadro abaixo:

Fundos	Recursos Administrados	
	06.2022	12.2021
FUNDES	164.501	158.836
FUNDAP	63.418	57.573
FUNDEPAR-ES	150.274	147.890
FGP-ES	21.887	20.799
FUNSAF	2.766	6.759
FUNDO DE AVAL BANDES	21.529	21.594
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	184.146	127.538
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	16.215	15.771
TOTAL	624.736	556.760

19.2 Operações de fundos financeiros e de desenvolvimento

Conforme estabelecido nas normas instituidoras e regulamentares dos Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, seguem abaixo, as receitas auferidas relacionadas à prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento, integrantes do conjunto de Partes Relacionadas, e as despesas incorridas com a remuneração dos recursos não alocados, que constituem as disponibilidades dos Fundos.

Fundos	Rendas de Administração	
	06.2022	06.2021
FUNDES (1)	1.690	1.999
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	481	460
FUNDEPAR-ES (3)	1.557	1.551
PSA FUNDÁGUA (4)	898	479
FUNSAF (5)	42	-
FUNDESUL (6)	-	-
FUNDO DE AVAL BANDES (7)	326	296
FGP - ES (8)	56	132
FUNCITEC (9)	200	171
FUNDO DE PROT. EMPREGO - FPE (10)	2.134	250
FUNSES - FUNDO SOBERANO	542	-
TOTAL	7.926	5.338

Rendas de Administração

- (1) 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- (2) 0,5% calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- (3) 2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- (4) 10% sobre as liberações efetuadas até 12/09/2021 e 15% a partir de 13/09/2021;
- (5) 1% sobre as liberações efetuadas;
- (6) 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo;
- (7) 0,25% ao mês sobre totalidade dos ativos;
- (8) Diferença entre a remuneração efetiva e a taxa Selic sobre o total de recursos aplicados;
- (9) 0,5% sobre liberações de recursos financeiros efetuadas, a partir de 20/01/2021;
- (10) 0,25% ao mês, apurada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- (11) 1% ao ano calculado mensalmente sobre o capital subscrito.

Fundos	Despesas sobre Disponibilidades de Recursos	
	06.2022	06.2021
FUNDES (1)	(2.550)	(194)
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	(332)	(59)
FUNDEPAR-ES (3)	(920)	(136)
FUNDAGUA (4)	(6)	(1)
PSA FUNDÁGUA (5)	(254)	(54)
FUNSAF (6)	(148)	(12)
FUNDO DE PROT. EMPREGO - FPE (7)	(992)	(284)
FUNCITEC (8)	(4.878)	(904)
TOTAL	(10.080)	(1.644)

Despesas Sobre Disponibilidades de Recursos

- (1) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (2) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (3) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (4) 100% do rendimento diário do CDI;
- (5) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (6) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (7) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- (8) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) até 21/01/2021, a partir dessa data, rendimento diário do CDI.

19.3 Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, por determinação do Estatuto Social, é fixada na Assembleia Geral Ordinária a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

	06.2022	06.2021
Conselho de Administração	(336)	(298)
Diretoria Executiva (1)	(811)	(645)
Conselho Fiscal	(96)	(71)
Comitê de Auditoria	(72)	(71)
TOTAL	(1.315)	(1.085)

(1) A linha Diretoria Executiva inclui: honorários, descanso remunerado e gratificação natalina.

As demais linhas registram somente honorários.

19.4 Outras transações com partes relacionadas
BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo

Transações efetuadas pelas taxas praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	06.2022	12.2021	06.2022	06.2021
SalDOS de depósitos a vista	764	419		
SalDOS de aplicações em depósitos interfinanceiros	490	540		
Rendas de depósitos interfinanceiros			50	6
Despesas com cadastro e cobrança			(39)	(155)
Despesas com tarifas bancárias			(10)	(15)

A instituição financeira Banestes S/A, sociedade e economia mista, que possui o mesmo acionista majoritário do BANDES, o Estado do Espírito Santo, executa a custódia qualificada dos ativos do banco registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na B3 - Segmento CETIP UTMV. O contrato de prestação de serviços bancários, com prazo de 60 (sessenta) meses, firmado em dezembro de 2021, ao custo anual de R\$ 58. No semestre, os pagamentos relativos ao contrato somaram R\$ 19 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

Estado do Espírito Santo

Nesse primeiro semestre de 2022, os recursos financeiros aplicados pelo Estado do Espírito Santo no ano de 2020, no valor inicial de R\$ 80 milhões, em certificado de depósito bancário - CDB emitido pelo BANDES, totalizam montante de R\$ 89.470 (R\$ 84.902 em 31 de dezembro de 2021).

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo-PRODEST

Contratação do Instituto de Tecnologia em maio de 2021, autarquia do Estado do Espírito Santo, acionista majoritário do Banded, parte relacionada, por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços integrados de datacenter com virtualização de servidores, infraestrutura de banco e armazenamento de dados, monitoramento, backup e serviços de telecomunicações para acesso à internet, e interconexões de rede, por 60 (sessenta) meses, pelo valor mensal estimado de R\$ 159 mil. A contratação foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2021. A migração dos dados está sendo realizada. No semestre, os pagamentos relativos ao contrato somaram R\$ 32 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2021).

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES)

O Conselho de Administração aprovou, em 29/06/2022, a celebração do Acordo de Cooperação Técnica com a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, que tem por objeto o acesso às informações dos atos arquivados de clientes, pelo custo estimado anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

NOTA 20 - DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Appetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS) consiste em uma definição formal do conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco, que expressam o apetite por risco da Instituição. A RAS descreve os níveis de apetite a que o BANDES está disposto a assumir, para os principais tipos de riscos aos quais está exposto, bem como a capacidade da instituição em gerenciá-los de forma efetiva e prudente, discorrendo sobre a estrutura de abordagem para a gestão dos mesmos, em consonância com os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que o BANDES atua.

NOTA 21 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria

Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI e Auditoria Interna – AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

NOTA 22 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O BANDES define o Risco de Mercado como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo BANDES, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros. Para o gerenciamento do Risco de Mercado o BANDES avalia a suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), sendo utilizada a metodologia do .NII, que é definido como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI e Auditoria Interna – AUDIT. A Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável pela avaliação, controle e reporte tempestivo do Risco de Mercado à Alta Administração.

NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Comitê de Crédito – COCRE, Auditoria Interna – AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Gerência Financeira – GEFIN e Auditoria Interna – AUDIT.

A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital, está sujeito à regulamentação do BACEN, e é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance – GERCI, Gerência de Controladoria – GECON e Gerência de Planejamento e Processos – GEPLA.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar

o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO AMBIENTAL

Com o objetivo de minimizar os riscos relativos à responsabilidade socioambiental, o BANDES adota como regra somente realizar negócios com organizações e pessoas que estejam regulares quanto aos aspectos ambientais. O controle do risco socioambiental se dá por ações preventivas na análise das solicitações de financiamento, através da verificação da situação de regularidade ambiental do cliente/projeto, bem como pelo estabelecimento de cláusulas contratuais de cunho socioambiental, que visam resguardar o Banco quanto a eventuais infrações cometidas pelos tomadores de recursos ou seus prepostos ou, ainda, pelos prestadores de serviços terceirizados do BANDES. O processo de análise contempla também critérios de exclusão, verificação de CNAE's e seu potencial risco ESG, avaliação da governança e capacidade de gestão, que definem situações as quais, caso identificadas, impedem o BANDES de iniciar ou manter relação comercial com o cliente, e diretrizes para o acompanhamento da regularidade ambiental de projetos considerados como sendo de risco socioambiental mais relevante. Adotamos estrutura de governança da responsabilidade socioambiental e gestão de riscos socioambientais compatíveis com o nosso porte, a natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSA. Essa estrutura é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance (GERCI) e Auditoria Interna (AUDIT).

NOTA 27 - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE (EFEITO NA VARIÇÃO DO VALOR JUSTO)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução BACEN nº 02/2020, o BANDES realiza regularmente teste de sensibilidade somente na Carteira Banking, uma vez que não possui carteira trading. Abaixo, estão demonstrados os fatores de riscos e possíveis variações, que poderão ocorrer no valor de mercado da carteira de crédito e em quanto seria necessário para afetar o patrimônio de referência - PR.

Fatores de Risco	Cenários			R\$ mil
				06/2022
	1 Situação Provável 1%	2 Situação Possível 25%	3 Situação Remota 50%	
Juros Pré	(1.482)	(4.876)	(9.815)	
IPCA	(12.712)	(12.030)	(11.040)	
TJLP	9	29	58	
Outros	(13)	(44)	(88)	
DI	1.778	1.605	1.354	
SELIC	1.425	4.688	9.430	

NOTA 28 - OUTRAS INFORMAÇÕES

28.1 Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados para as edificações cobrem riscos de incêndios, raios, explosões e outros riscos relacionados a imóveis. As apólices vigentes estipulam valor máximo total de cobertura de R\$ 25.179 mil (R\$ 25.179 mil em 31 de dezembro de 2021).

28.2 Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de taxas de administração de fundos, análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

R\$	06.2022	06.2021	R\$ mil
OUTROS SERVIÇOS	781	639	
FUNDAP	20	13	
FUNDEPAR	1.641	1.882	
FUNDES	1.757	2.290	
FUNDESUL	-	-	
FUNDESUL-PK	431	425	
FUNSAF	42	-	
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	480	460	
FUNCITEC	200	171	
PSA FUNDÁGUA	898	479	
FUNDO DE AVAL BANDES	325	296	
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO - FPE	2.134	250	
FGP - ES	57	132	
RENOVA - SPREAD S/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO	197	39	
FUNSES - FUNDO SOBERANO	542	-	
Total	9.505	7.076	

28.3 Despesas de pessoal

	R\$ mil	
	06.2022	06.2021
Honorários	(1.315)	(1.085)
Benefícios	(3.551)	(3.445)
Encargos sociais	(4.461)	(4.009)
Proventos	(9.820)	(8.610)
Treinamento	(97)	(39)
Bolsa auxílio estágio	(645)	(520)
Total	(19.889)	(17.708)

28.4 Outras despesas administrativas

	R\$ mil	
	06.2022	06.2021
Água, energia e gás	(468)	(385)
Aluguéis	(14)	(20)
Comunicações	(66)	(58)
Manutenção e conservação de bens	(571)	(394)
Material	(10)	(5)
Processamento de dados	(616)	(553)
Promoções/relações públicas	(504)	(19)
Propaganda e publicidade	(336)	(339)
Publicações legais	(219)	(68)
Seguros	(4)	(4)
Serviços de vigilância	(192)	(177)
Serviços do sistema financeiro	(332)	(302)
Serviços de terceiros	(126)	(153)
Serviços técnicos especializados	(1.637)	(1.155)
Transportes	(107)	(80)
Viagem no país/externo	(94)	(21)
Despesas com processos judiciais	(2.916)	(419)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, etc.)	(145)	(141)
Amortização e depreciação	(767)	(582)
Total	(9.124)	(4.875)

28.5 Despesas tributárias

	R\$ mil	
	06.2022	06.2021
PIS	(339)	(252)
COFINS	(2.085)	(1.552)
ISSQN	(564)	(441)
IPTU, Taxas	(35)	(28)
Total	(3.023)	(2.273)

28.6 Outras receitas operacionais

	R\$ mil	
	06.2022	06.2021
Recuperações de encargos e despesas	1.784	843
Reversão de provisões judiciais, previdência privada e PDV	3.316	739
Atualização monetária equalização de juros BNDES/Pronaf	-	-
Atualização SELIC s/ tributos a compensar	8	116
Atualização depósitos judiciais	47	122
Outras rendas operacionais	11	693
Total	5.166	2.513

28.7 Outras despesas operacionais

	R\$ mil	
	06.2022	06.2021
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.924)	(3.180)
Provisão para indenizações trabalhistas PDI/PDVE	(11)	-
Provisão para multas por inadimplência técnica	-	(2.725)
Outras despesas operacionais	(34)	(18)
Despesas com utilização SISBACEN	(8)	(9)
Variação cambial em moeda estrangeira	(9.652)	-
Total	(11.629)	(5.932)

28.8 Resultado não operacional

	R\$ mil	
	06.2022	06.2021
Resultado na alienação de valores e bens	(150)	(54)
Reversão de provisões de outros valores e bens	5	1.131
Outras rendas não operacionais	849	163
Desvalorização de outros valores e bens	(122)	(27)
Reversão de provisões para perdas em ações e cotas*	1	-
Reversão de provisões para perdas em ANFMV	593	-
Despesas com ANFMV	-	(52)
Total	1.176	1.161

* Provisão para desvalorização de cotas do Fundo CRIATEC 3 – FIP (Nota 6) e Reversão de perdas em contas Finor (Nota 10).

28.9 Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/2013, em 30 de junho de 2022, foram apurados os seguintes valores:

Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)	29,12%	10,50%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA	29,12%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	29,12%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

28.10 Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

28.11 Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011.

28.12 Resultados Recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 02/2020 dispõe que deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e não esteja previsto para correr com frequência nos exercícios sociais futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no semestre encerrado em 30 de junho de 2022, não houve resultado classificado como não recorrentes.

28.13 Pronunciamentos técnicos do CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

CPC	Assunto
00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas
06 (R2)	Arrendamentos
10 (R1)	Pagamentos Baseados em Ações
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
33 (R1)	Benefícios a Empregados
41	Resultado por ação
46	Mensuração do Valor Justo
47	Receita de contrato com cliente

Adicionalmente, lista-se abaixo, os principais normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil com objetivo de reduzir assimetrias em relação aos padrões contábeis internacionais:

Resolução CMN nº 3.533/2008 – Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução CMN nº 4.534/2016 e Resolução CMN nº 4.535/16 – Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 – Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

Resolução CMN nº 4.747/2019 – Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda.

Resolução CMN nº 4.966/2021 – Trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, e o Banco já iniciou as avaliações de impactos em sistemas e processos visando sua implementação.

DIRETORIA EXECUTIVA
MUNIR ABUD DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

SÁVIO BERTOCHI CAÇADOR

Diretor de Administração e Finanças

CLAUDIO ROBERTO SAADE

Diretor Operacional

MARCOS KNEIP NAVARRO

Diretor de Negócios

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Pires Dias – Presidente	Leonardo Galazzi Zanotelli
Munir Abud de Oliveira – Vice-Presidente	Sandra Regina Pimenta
Alexandre Pedercini Issa	Claudeci Pereira Neto
Geraldo Lorencini	

COMITÊ DE AUDITORIA

 Rodolfo Amorim de Angelo
 Flávia Fardim Antunes Bringhamti
 Kayo Alves Ribeiro

CONSELHO FISCAL

 Alberto Farias Gavini Neto
 Eduardo José de Souza
 Mário Stella Cassa Louzada
 José Alexandre Rezende Bellote

CONTADOR
VALDIR DOS SANTOS
 Contador CRC/ES
 13.555/0-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2022

Aos
Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO CONTROLADA PELO ESTA-
DO DO ESPÍRITO SANTO
Avenida Princesa Isabel nº 54 – Edifício Caparaó – Centro – Vitória/ES – CEP.
29.010-906
CNPJ(MF) nº 28.145.829/0001-00 – Site: www.bandes.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES** (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES** (“Banco”) em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) incluído a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN).

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA’s) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do primeiro semestre de 2022. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Banco.

3.1) Governança de Tecnologia da Informação

Considerando a natureza e complexidade de suas operações, o Banco depende do funcionamento perfeito da inteligência artificial de sua estrutura sistêmica e da governança da tecnologia da informação. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a processos e controles que suportam o processamento do sistema de tecnologia existente, podem, eventualmente, ocasionar processamento impreciso ou incorreto de informações de natureza crítica, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Diante do exposto, consideramos a governança do ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Como parte dos procedimentos específicos destinados à auditoria de sistemas informatizados, processamento e consolidação de dados que integram a área de governança de tecnologia da informação, conduzimos através de nossos auditores de sistemas computacionais, uma avaliação de forma remota, através da triangulação de dados dos produtos gerados de modo que a partir do nosso exame, foram avaliados os sistemas utilizados pelo Banco em sua integração com o sistema contábil. Como consequência de tal procedimento, constatamos um relativo risco associado ao retrabalho mediante planilhas eletrônicas que fragmentam e fragilizam a eficácia dos controles internos planejados para a operacionalização de seus objetivos sociais.

Para mitigar aludido risco a um nível aceitável, efetuamos testes dos controles gerais e, quando aplicável, testes nos controles compensatórios de tecnologia da informação para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, principalmente, aos processos de gestão dos contratos de Operações de Crédito. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevan-

tes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

Como consequência, alteramos nosso planejamento de auditoria, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os dados contábeis, de modo a obtermos, por esses meios, evidências de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações contábeis. Por conseguinte, considerando as oportunidades de melhorias para o ambiente de tecnologia, a governança sobre acessos a sistemas e gestão de mudanças, os controles são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3.2) Provisão para perdas sobre as operações de crédito (Nota Explicativa nº 07)

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Aludido julgamento é significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito (valor recuperável), mediante a aplicação metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 07, em 30 de junho de 2022, o saldo bruto da carteira expandida sujeita ao risco de crédito é de R\$ 503.004 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas de créditos esperadas de R\$ 89.743 mil. Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Por amostragem, verificamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados: (i) ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito; (ii) análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas; (iii) a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito; (iv) a verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº 07, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

4) Outros Assuntos**4.1) Relatório da Administração**

A administração do Banco é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 21 de fevereiro de 2022, sem modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BANDES.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do

Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BANDES a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória/ES, 12 de agosto de 2022

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/PE 000150/O - CNAI/PJ nº 029 - CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES

Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES

CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES

CNAI 4850

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DATA BASE 31.06.2022

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria foi instituído no BANDES em outubro de 2018 em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e ao Estatuto Social da instituição. Entrou em funcionamento observando ainda o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/2004 (revogada a partir de 01/01/2022 e substituída Resolução CMN nº 4.910/2021) e seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de junho de 2018.

O Comitê é órgão estatutário com funcionamento permanente, composto por três membros, em sua maioria, independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

O Comitê de Auditoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração e desempenha suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são realizadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

O Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade de eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos e na avaliação da efetividade dos trabalhos das auditorias interna e da independente.

A Administração do BANDES é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Financeiras, pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e legislação aplicável.

O BANDES define em seu Estatuto Social que o Comitê de Auditoria acumula as atribuições previstas pela lei nº 13.303/2016 para que um comitê estatutário verifique a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, chamado Comitê de Elegibilidade.

2. ATIVIDADES

O Comitê de Auditoria realizou sete reuniões no primeiro semestre de 2022, com pautas específicas previstas em seu plano de trabalho. Nestas reuniões, estiveram presentes representantes das áreas da gestão de risco, controles internos e da contabilidade, e quando pertinentes, foram feitas recomendações de melhoria nos processos, além de acompanhamento de ações em desenvolvimento.

Quanto à atribuição do Comitê de Elegibilidade, não houve reunião no primeiro semestre de 2022.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, para acompanhar o Relatório de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria - Follow Up, conhecendo os apontamentos, as ações corretivas apresentadas e o nível de execução dos planos de ação propostos. Aprovou os relatórios de trabalhos específicos produzidos, conforme estabelecido no Plano de Atividades de Auditoria Interna, verificando e acompanhando as recomendações.

O Comitê avaliou positivamente a qualidade e efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna.

Quanto à Auditoria Independente, o Comitê analisou os resultados dos trabalhos e as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, cujos relatórios foram apresentados sem ressalvas. O Comitê avaliou como adequada a independência na execução dos trabalhos da Auditoria Independente.

4. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

O Comitê analisou os relatórios de atividades semestrais da Ouvidoria e do Canal de Denúncias, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê analisou o Relatório Semestral das transações com partes relacionadas realizadas pelo BANDES e concluiu que foram realizadas de acordo com a Política de Transações com partes relacionadas e demais situações de conflito de interesse. Não foram identificadas violações aos normativos que regem o assunto.

6. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Como parte do programa de trabalho, o Comitê avalia a qualidade e a suficiência dos sistemas de controles internos da instituição. Analisou os principais processos e julgou positivamente os esforços que estão sendo empreendidos para melhoria da estrutura de controles internos da organização.

O Comitê analisou os relatórios integrados de riscos elaborados trimestralmente pela área de riscos da instituição e não identificou a existência de riscos que pudessem impactar, de alguma forma, a elaboração das demonstrações financeiras.

7. CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E NORMAS E CONTROLES INTERNOS

O Comitê de Auditoria considera que, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, e nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, não foram apontadas ocorrências que implicassem no descumprimento da legislação e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

8. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Comitê manifestou-se favoravelmente quanto aos procedimentos empregados no processo de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas, relatórios financeiros e da administração referentes ao 1º semestre de 2022, enfatizando a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e o regramento do Banco Central do Brasil. Analisaram as demonstrações financeiras, o relatório da administração e relatório final dos auditores independentes, sem ressalvas, e opinaram, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração.

9. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria e Elegibilidade do BANDES, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, e em decorrência de avaliações fundamentadas nas informações recebidas pela Administração, Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento dos controles internos e riscos, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, declara que não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, bem como afetar a confiabilidade de suas Demonstrações Financeiras auditadas, relativas ao 1º semestre do exercício de 2022. Com base nessas considerações, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES S.A. relativas ao 1º semestre do exercício de 2022. Vitória (ES), 19 de agosto de 2022.

RODOLFO AMORIM DE ANGELO

Coordenador

FLAVIA FARDIM ANTUNES BRINGHENTI

KAYO ALVES RIBEIRO